

■ Cidades insurgentes

.....Ricardo Gomes

Há pelo menos duas formas: a cidade, o Estado. Não estão separados, mas funcionam de maneiras distintas. A cidade não existe cidade sozinha, o que ela faz é criar uma horizontalidade comunicativa com outras cidades, uma produção de fluxos que passam por outros pontos, um circuito de circuitos. O Estado cria com estes circuitos diferentes relações e velocidades, capturas e liberdades relativas, que viabilizam seu próprio funcionamento. Uma forma atravessa a outra. Há na cidade uma preparação daquilo que só o Estado pode implementar, o capitalismo é obra do estado, de sua forma e efetivação (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Apesar de falar em formas e efetuações, cabe lembrar que é possível fazer uma história destas formas, não se trata de uma simples adaptação a formas prontas desde sempre. Hoje, o Estado se apresenta como regulador do capitalismo e oferece uma transparência específica para o processo de reprodução do capital, ou seja, oferece a organização contemporânea que permite a esta reprodução ultrapassar os Estados nacionais, formando novos conglomerados e organizações internacionais descentralizadas e podemos dizer imperiais, mas ainda assim precisam de um poder que corrija as imperfeições sociais que atrapalhariam o bom funcionamento do mercado. As dinâmicas e relações das cidades também foram alteradas.

Seguindo o rastro de um circuito aberto que preza pela inclusão das diversas formas de produzir vida, poderemos acessar a diversificação da nova cidade, a máquina-cidade. A cidade hoje é um funcionamento em rede. As localizações e fronteiras são cada vez menos importantes na apreensão de um possível significado que diga onde estamos, ‘Paris Texas’ ou Rio de Janeiro, ou mesmo quem somos, cariocas, baianos, alemães...

Toda cidade é modulação e repetição do mercado capitalista mundial, o que nos livra de uma completa homogeneização é a relação necessária entre mercado interno e mercado externo, o local que uma cidade específica ocupa dentro do mercado mundial, e, sobretudo, as dinâmicas potentes do trabalho vivo, as formas de cooperação entre as singularidades insurgentes que viabilizam as lutas das multidões.

Território descentralizado, empresa subjetiva, núcleo desregionalizado, o processo de atualização permanente e imanente do capitalismo nos deixou um espaço que guarda poucas relações com a antiga cidade. O que era uma região que

atualizava todo seu entorno cultural, agora passa a fazer parte de uma liberação controlada de fluxos que recortam suas relações geográficas, ao mesmo tempo em que lhe impõe uma horizontalidade sem fronteiras e uma abertura nas relações com uma grande quantidade de outras cidades. Este processo que se vale de uma população plural para criar pontes internas e manter relações comerciais com outros tantos núcleos descentralizados, ou seja, outras tantas cidades. Nesse sentido, na hora de compor políticas públicas ou de pensar a racionalidade que vigora na sua cidade, a metrópole de outro país pode ser muito mais importante do que a região metropolitana onde você mora. Mas nesta mesma cidade, aparece um conjunto infindo de pequenos e fundamentais investimentos sociais que antagonizam com violência e criatividade contra a nova realidade produtiva e suas máquinas de cooptação. Esse conjunto se vale das novas características da cidade para sua melhor atuação. Podemos citar a perda do dualismo centro-periferia que tende para uma maior importância real da produção da periferia como forma de produção subjetiva conflitante. Uma maior disseminação de redes de solidariedades que criam e distribuem saberes e uma cooperação que permite a renovação legítima, popular e múltipla destes saberes. Enfim, a cidade hoje se apresenta como espaço de luta, onde a produção subjetiva, que é majoritária, ao mesmo tempo em que apresenta modalidades renovadas de invenção de sujeitos, reforça e dissemina formas de controle cada vez mais minuciosas.

Por vivermos já há algum tempo o chamado pós-fordismo (COCCO, 2012), podemos ver mais claramente os avanços e retrocessos dentro deste paradigma. Como um bom exemplo da complexidade pós-fordista podemos falar do forte incentivo que o governo federal desenvolveu para a compra de carros. Este exemplo é complexo por que ao mesmo tempo em que recorre a um produto característico de outro momento histórico, outro modo de vida, ele efetua meios pós-fordistas para sua disseminação e produção, ou seja, se vale das modulações subjetivas e comunicativas para a venda, e das flexibilizações no emprego para o aumento da produtividade. O que indica que nesta nova cidade existe a convivência entre meio disciplinares e meios de controles, tratemos melhor disso.

Vamos deixar esclarecer a distinção entre cidade atual e cidades de produção fordista. Como o nome já diz, o Fordismo é uma organização da produção a partir da disciplina desenvolvida numa fábrica de carro, a Ford. Esta disciplina era também uma política econômica, pois fomentou o pagamento de salários para os funcionários, viabilizando a compra dos primeiros carros populares. Se na fábrica o trabalhador era alienado, separado do produto, despedaçado do processo de trabalho, fora da fábrica ele recebia uma demanda social exterior. Um bom

trabalhador necessariamente tem um carro, é um sinal de status e faz a economia crescer, o desejo majoritário do método. Acompanhamos aqui o desdobrar de uma política que passa inalterada por diversos governos, sempre recebendo a dose correta de moralismo para que continue funcionando (a velha ideia de que ‘o trabalho enobrece o homem’, ‘ser um homem de sucesso’ etc). Desta época temos uma organização das cidades que, entre outras coisas, leva em conta a entrada maciça de carros e a necessidade de tornar possível sua mobilidade. Abrimos um parêntese aqui para lembrar que foi justamente a questão da mobilidade urbana a responsável pela massificação das manifestações de junho. É fundamental afirmar que o transporte urbano no Rio de Janeiro não funciona mal¹⁶, ele funciona exatamente como deve, travando as mobilizações dos pobres e sua tentativa constante de composição política e estética. Os transportes coletivos ajustam-deformam os corpos e as multiplicidades em formas sociais subservientes e paralisadas.

Hoje, compondo com a política de mobilização das cidades, o que temos é uma rede estendida por pontos singulares, que se comunicam e criam diversos tipos de relações e organizações sociais. Como exemplo disso, podemos citar o processo de migração. Ele transformou o mundo, o ‘terceiro mundo’ está no meio do ‘primeiro mundo’ (idem).

Mais do que um espaço organizado por diversas formas de disciplinas, o que temos hoje nas cidades é uma organização complexa, mas autorreferente, onde o social já é o próprio investimento do mercado, pois se trata da coordenação da uma ‘população flutuante’, para usar o termo foucaultiano. O que deixa claro que nas cidades há estados imperiais (as imposições da FIFA), capitalismo mafioso (a relação entre estado e milícia), indústrias criativas (a política implementada pela secretaria municipal de cultura), dinâmicas de escravidão (hiperprecarização do trabalho) e vários pequenos grupos que fogem por todos os lados, numa complexidade de modelos e forças livres que fazem vibrar um tecido nervoso e pujante, cheio de possibilidades.

A afirmação desta nova organização produtiva é conquista, invenção, captura e luta. Nessa ordem. Tentaremos demonstrar como chegamos a esta imagem da nova organização trabalhista e social da cidade e como, em última análise, ela nos mostra o desdobramento de uma práxis ontológica¹⁷.

16 Disponível em: <<http://www.quadradosloucos.com.br/3796/o-sistema-de-transporte-e-mais-violento-do-que-a-policia/>> Acesso em: 10 dez. 2013

17 Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/ocupacoes-sao-usinas-produtivas/>> Acesso em: 10 dez. 2013.

Começaremos pensando as mudanças nas políticas estatais. Como deixa claro Foucault, em *O Nascimento da Biopolítica*, o pensamento sobre a gestão de políticas sociais (o que ele chama de ‘refundação social’) foi implementado como resposta à revolução de 1917. O pensamento político que faz este arranjo é o neoliberalismo. Trata-se de uma forma de governo que abarca toda a sociedade em sua espessura biológica e subjetiva – produtiva, portanto –, modulando e regulando, curando e formalizando condutas. A população é vista como fonte constante de capital. Mais uma vez não se trata de enxergar o trabalho sob o ponto de vista da produção, agora ele é visto como renda, ou seja, reprodução hiperabstrata e interminável de capital. O trabalhador não é visto como força alienada, ele recebe uma positividade, mas esta positividade só existe submetida à constante criação de renda. O trabalhador é possibilidade de capital, por que é possibilidade de salário, de circulação, abastecimento e recriação da economia, mas para ser “possibilidade”, ele se formaliza na dualidade máquina-competência, esta é toda positividade que ele ganha. Ele é capaz de exercer certas atividades e não só de desempenhar um trabalho repetitivo. Estas atividades são atividades imateriais, são elas que dão valor aos produtos, materiais ou não. Temos, portanto, uma nova formação dos meios produtivos e reprodutivos. O homem desejado e formulado pelo capitalismo não é mais o mesmo, e isso é sinal de que o próprio capitalismo não é mais o mesmo. O trabalhador agora gera o produto e cria seu valor imaterial, por isso tem de ser constantemente regulado, limitado. O trabalho é decomposto em capital e renda e é analisado a partir deles. Por isso, as formalizações sociais, a organização do trabalho e da produção, são forjadas a partir desse princípio imamente gerador de um modelo universal de sujeitos livres para reproduzir capital.

Várias são as potências descentralizadas que tentam se valer desta nova configuração social para inventar outras formas de sociabilidade. Essas potências de luta e invenção sabem que o novo momento não é de nostalgia, ele é sinal de conquistas anteriores que permitiram uma maior flexibilização das disciplinas. Mas sabem também, e muitas vezes sentem na pele, as tentativas de controlar as relações singulares e sua produção excedente que foge dos limites impostos e visa destruir a separação entre produção e consumo, entre produção e autogestão. Além do modo de organização dos transportes coletivos, outro exemplo desta violenta tentativa de controle é o uso da polícia como forma de guerra constante para inibir o desdobramento da cooperação entre as diversas multiplicidades que produzem o urbano. Um exemplo óbvio disso são as UPPs, mas falaremos especificamente dela um pouco mais a frente. Agora, retomando Foucault, lembramos que uma das características do neoliberalismo é criação de uma aparente dicoto-

mia entre as políticas sociais e as políticas econômicas. Uma não deve interferir na outra, mas isso somente na medida em que uma é submetida à outra, e nós já imaginamos quem serve a quem. No neoliberalismo, ainda segundo Foucault, as políticas sociais são vistas como necessárias para a manutenção do jogo econômico. Cabe ao Estado impedir que esse jogo seja interrompido, é preciso que, por exemplo, projetos sociais forneçam uma renda mínima para os participantes que não conseguem conquistar esta renda por eles mesmos, ou seja, é a política social que serve ao bom funcionamento da economia¹⁸. Não há nenhum interesse em destruir as causas da pobreza, ao contrário, ela é útil, já que se tratará sempre de um jogo desigual, de um ‘governo das desigualdades’, onde a pobreza ocupará um espaço fundamental, cito Foucault:

(...) uma verdadeira política social devia ser tal que, sem tocar em nada do jogo econômico e deixando, por conseguinte, a sociedade se desenvolver como uma sociedade empresarial, instaurar-se-ia um certo número de mecanismos de intervenção para assistir os que deles necessitam naquele momento, e somente naquele momento em que deles necessitam (FOUCAULT, 2008, p. 285).

As diversas dinâmicas das UPPs: militarização e controle cultural das comunidades, disseminação de uma racionalidade do governo do outro, onde todos são possíveis policiais, reprodutores ou condutores de modulações submissas, e por fim, o incentivo à entrada na economia pela relação com o poder público e iniciativa privada que tem como objetivo repetir formalizações do capitalismo – demonstram como elas se enquadram a esta política social que se submete à política econômica (sem deixar de, quando necessário, fazer o jogo do ‘capitalismo mafioso’, que geralmente aparece neste espaços pelas mãos de um agente do Estado). Além disso, lembremos que o projeto das UPPs está ligado aos megaeventos que ocorreram no Brasil e especialmente no Rio de Janeiro, o caminho escolhido para fazer as UPPs é justamente o caminho que deve ser assegurado para os megaeventos. Portanto, mesmo a política de segurança está submetida à política econômica, trata-se de um projeto cujo objetivo é um tipo de lucro no mercado internacional,

18 É importante ressaltar que nem todos os projetos sociais de transferência de renda tem a mesma dinâmica, o próprio Foucault faz essa distinção no mesmo livro. Acredito que o Bolsa Família tem alguns aspectos que permitem pensar alguma outra forma de executar os projetos sociais. Aponto como exemplo desta diferença a quase total falta de condicionalidades para receber o benefício, porém paramos por aqui, pois este texto não é o lugar mais adequado para esta discussão, que toma seus devidos desdobramentos no artigo Para além da queda I.

a saber, demonstrar que a cidade pode realizar tais eventos e receber os capitais que deles derivam, ou melhor, ser sede da troca dos capitais entre grupos de poder.

Visualizamos uma parte considerável deste embate que acontece nas cidades, principalmente sob um enfoque das ações do poder. Falaremos agora sobre exemplos concretos e radicais onde a cooperação própria da nova dinâmica das cidades foi fundamental para o bom desenvolvimento de uma luta pela geração livre do urbano. Porém, para melhor desenvolver o conflito em que estamos inseridos e seus exemplos concretos, devemos atentar para o fato de que entre movimentos, que podemos chamar de macroscópico e microscópico, existe uma diferença que não diz respeito só ao tamanho, mas, sobretudo, a forma de expandir ou perseverar, de tornar-se ou preservar, de partir ou permanecer. No macroscópico as formas ou coisas (neste momento as duas se equivalem), permanecem, só mudam com uma decomposição final. A identidade e a unidade se sobressaem. Por exemplo, uma cadeira, um corpo, um carro, o legislativo. Por outro lado, existe um movimento de proliferação na física, chamado de “Turbulência”, onde partículas quando estão em certo material são agitadas pelo acaso. Uma partícula que num dado momento faz parte de um material específico, como uma pasta de dente, em outro momento faz parte de uma relação absolutamente nova e já compõe outro material. Este material e esta partícula são perpassados por variações aleatórias de velocidades infinitas. Este movimento foi descoberto a partir da insuficiência da mecânica newtoniana em responder a dinâmica complexa e aberta da realidade, sem cair no círculo vicioso do determinismo.

Ora, essa descoberta da física nos lança numa série de questões que podem ser desdobradas no pensamento político. Sem fazer dela metáfora, buscamos compreender toda a realidade contida nesta explicação, entendendo que essa teoria física consegue apontar certo movimento do real para além das partículas.

Não se trata de metáfora por que pelas ruas do Brasil vemos um processo imanente e absolutamente descentralizado que perpassa e compõe diversas organizações majoritárias. Estes micros processos aleatórios de resistência e luta se estendem por todos os lados, causando uma série de novas relações e possibilitando novas efetivações políticas, se esquivando e produzindo rachaduras na superfície do poder. Ou alguém esperava pela popularidade do grito “não vai ter copa”? Ou alguém imagina que a visibilidade dos protestos no Brasil não é sinal também de um aumento de contingência ao redor dos acontecimentos, mesmo sem estar no local? Essa forma de proliferação aleatória é alimentada pelo que podemos chamar de “turbulência das lutas”.

Mesmo que não possamos cravar um início – já que é legítimo entender várias experiências e conflitos anteriores como acúmulo para tudo o que ocorreu –, podemos dizer que a partir de junho o processo se intensificou (intensificação e origem não são as mesmas coisas) e deu um salto, mudou o espaço-tempo de todos. Tivemos o aumento de velocidade do tempo para as experiências e fases políticas desenvolvidas pela multidão constituinte. Ao mesmo tempo os espaços foram tomados e da mesma forma passaram por experiências violentas de lutas, controles, invenções autônomas etc. Também não há por que pensar que vai terminar; o carnaval logo chegará e o que não falta é rua para nos surpreender.

Além da alteração no tempo-espaço o que nos chama atenção é a disseminação das revoltas, sua multiplicidade interna e sua forma de contágio e aglutinamento. Ninguém mais se cala. Podemos dizer que não há volta no “Movimento de Turbulência”, pois no meio do caminho das partículas fica o acaso. Imaginando que a partícula tente retornar ao seu suposto local de origem, ela passará mais uma vez pela “Turbulência” e assim será necessariamente acessada mais uma vez pelo acaso e cumprirá seu percurso desviante. Portanto, podemos dizer que não há mais como fazer voltar o consenso violento dos grandes eventos, a paz armada para os pobres, o controle das modulações subjetivas pelo capital, enfim, todo aquele arranjo já não é mais viável na forma que existia antes de junho.

Todos que têm ido para as ruas e que têm sido afetados por esta intensificação política-inventiva não estão mais nos lugares esperados, ou melhor, houve uma violenta perda dos fundamentos, saímos concretamente de uma política que era alicerçada pela violência metafísica do mesmo e de sua imposição. Os partidos ficaram nus em todo seu dirigismo patológico, os sindicatos perderam a pouca legitimidade que ainda tinham e os jovens das favelas nos dão lições em todas as manifestações. Não se trata de romantismo, nem de eleger um novo ‘bom selvagem’, ao contrário, trata-se de perceber como a selvageria construtiva, que conjuga desejo destrutivo, solidariedade e devir minoritário, se efetiva constantemente nas manifestações criando brechas reais.

Outro efeito desta intensificação são as ocupações e assembleias populares em várias partes da cidade. As ocupações populares do Movimento Sem Teto e as lutas contra as remoções datam de um momento anterior e se configuram como alguns dos processos de lutas materiais mais importantes dos últimos tempos, criando o desejo pela produção de mais direitos concretos na cidade. As ocupações que aconteceram a partir de 2011 funcionam de outra maneira, ainda que em vários momentos os desejos consigam se comunicar e caminhar juntos. Ocupações artísticas, Ocupa Rio, Ocupa Alemão (que é um pouco mais recente,

mas parece participar do mesmo princípio imanente dos outros ocupas) e o Ocupa Câmara são, os que ainda restam, práticas políticas que, seguindo um certo horizonte teórico-político do pós 1968, afirmam uma imbricação necessária entre o que se diz e o que é feito, organização e desejo se entrelaçam concretamente. Nestes movimentos, ressurge uma ética comprometida com uma sociabilidade política, experimental e múltipla. Trata-se de vivenciar radicalmente o que é proposto e, no mesmo movimento, abrir esta proposição para o maior número possível de singularidades, afirmando o desejo de outra organização social. É neste sentido que um dos participantes do Ocupa Câmara diz que as ocupações são ‘verdadeiras usinas de produção’.

As ocupações são produções que fogem e fazem a máquina capitalista ruir, por produzirem outra urbanidade, outra forma de atuação e de ‘uso’ da cidade. As ocupações produzem aulas, debates, assembleias constituintes e se apresentam como a possibilidade concreta de superação das assembleias legislativas e câmaras municipais com suas políticas representativas que não representam ninguém além dos interesses dos próprios políticos profissionais. Acredito que estas outras formas que surgem e são experimentadas nas ocupações só são possíveis pela nova configuração social que temos hoje. A troca horizontal como solo fundamental de vivência e criação de relações forjadas entre as modulações democráticas das ruas e das redes.

Outro exemplo multitudinário de ocupar e produzir o urbano são as assembleias populares. Diferente das ocupações, as assembleias têm o desejo de gerar novas formas sociais a médio e longo prazo, sem requerer dos participantes uma vivência tão radical quanto os ocupas. Ao mesmo tempo participam de diversas formas de criação e desdobramento das manifestações. As assembleias também se propõem a compor paustas concretas que às vezes aparecem disseminadas pelas manifestações. Muitas assembleias populares nasceram das ruas, do movimento dos manifestantes tentando articular maneiras concretas de efetuar os desejos revolucionários. É importante lembrarmos das lutas e ocupações anteriores a junho, tanto o Ocupa Rio quanto a ocupação do sem-teto, porque assim criamos uma imagem mais adequada e extensa da força que a rua vem mostrando, ou seja, esse processo de luta que explodiu em junho é sinal de um acúmulo de outras tantas lutas e invenções autônomas, múltiplas e multiplicadoras.

Uma coisa fundamental para ser lembrada sobre as ocupações e assembleias é que elas realizam uma luta contra algo que perpassa todo o nosso campo social. Talvez nenhuma outra organização pudesse enfrentar isso tão bem. Falo do facismo. Deleuze e Guattari nos dizem que uma das características funda-

mentais da força do facismo é sua forma molecular: (...) o facismo é inseparável de focos moleculares, que pululam e soltam de um ponto a outro, em interação, antes de ressoarem todos juntos (...) (DELEUZE E GUATTARI, 1996). Vemos que há certa semelhança entre as formas do facismo e as formas desta nova organização popular. Por se desdobrar antes no molecular, o fascismo deve ser combatido na microfísica das relações, e justamente aí agem tanto as ocupações quanto as assembleias, devido às características que já informamos. Por isso, são, sobretudo, estas novas organizações que devem combater o fascismo. Isso de forma nenhuma as livra de reproduzirem o fascismo, ao contrário, elas estão mais próximas e devem ter ainda mais cuidados. Porém, sem paranoia, produzindo, e participando dos agenciamentos coletivos de enunciações insurgentes.

Outro exemplo de composição política (monstruosa) na e da cidade que não pode ser esquecido é a junção que ocorreu entre os Black Blocs e os professores. O que acompanhamos na Cinelândia e no seu entorno não foi só um massacre contra os professores e a população que lhes apoia, articulado entre os poderes constituídos, a mídia da elite econômica e cultural e a complacência de quem só reage de maneira subserviente. Acompanhamos a feitura de uma linha frágil traçando e ligando grupos que durante um bom tempo estavam distantes, para dizer o mínimo. Quando as greves dos profissionais de educação começaram, boa parte destes grupos se posicionou contra os Black Blocs, repetindo o já envelhecido julgamento e a condenação da mídia tradicional. Era por volta do dia 15 de outubro, ocasião em que estava marcada uma grande manifestação em apoio aos professores que acabavam de ser expulsos violentamente da câmara municipal pela polícia militar, quando sai uma nota do o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ) declarando apoio aos Black Blocs e lhes dando boas vindas.

Esta linha de dispersão frágil, porém, cortante, é uma espécie de ‘linha de fuga’. Fuga ativa, pura permanência em um processo de resistência e invenção. Resistência porque já não se locomove mais através de antigas categorias e instituições apropriadas pelo poder. Invenção porque dentro das condições materiais sabe compor novos corpos que forcem outras temporalidades. Nesta ética experimental que constitui a formação das multiplicidades cooperantes chega um momento de conjunção em que aquilo que é destrutivo para a continuidade constituinte é combatido, confrontado. Não é posto para fora porque não há um fora (no sentido de exclusão) em relação à qual as multiplicidades se posicionam, mas há uma estratégia de não uso de elementos que visam enfraquecer a potência das multiplicidades. Sem dúvida alguma os arcaicos ‘aparelhos de captura’ vão con-

tinuar funcionando, a força repressiva da polícia militar, as instituições da democracia representativa, e mesmo os sindicatos, vão tentar desestabilizar o desenvolvimento das multiplicidades. Chamamos a atenção para a atuação dos sindicatos porque é mais fácil dizer que 1968 não aconteceu, difícil mesmo é ter em mente que o Partido Comunista francês e boa parte dos sindicatos, por exemplo, foram responsáveis por não ter acontecido como poderia.

A dispersão é visível e a cada dia, mais confirmada por diversas partes. Vemos como exemplo fundamental disso o posicionamento público de vários professores apoiando os praticantes e adotando a tática Black Bloc. Portanto, o início e desenvolvimento deste encontro monstruoso, e de tantos outros, é o sinal mais evidente de que uma ‘linha de fuga’ faz fugir todo aquele sistema do qual se foge. Os professores saem dos seus postos hierarquizados, dentro ou fora dos sindicatos, e aceitam dialogar diretamente com quem está nas ruas lhe apoiando, e este diálogo não se dá só sobre a manifestação, mas desde já sobre uma possível outra educação. Houve contaminação e a tática Black Bloc em sua forma e força, ou seja, afeto que é imediatamente coletivo e político, se tornou peça fundamental desta outra educação. A tática Black Bloc, que era vista, mesmo entre os manifestantes, como uma negatividade necessária agora consegue expor toda sua positividade produtiva e excede o puro confronto para participar da criação de um possível radicalmente novo, uma educação revolucionária a partir do encontro nas ruas. Eis o que pode gerar os encontros entre ‘linhas de fuga’.

Dias depois desta ‘junção’, e do massacre que se seguiu, houve conflitos com a polícia, em São Paulo, quando dois jovens foram assassinados. Um dos jovens foi morto com um tiro no peito dado por um PM. Ele disse ter disparado por engano. Canais de televisão se apressaram em legitimar a ação, em dizer que houve um erro individual do PM, que a arma disparou sem querer, e, quando a população foi para as ruas protestar, os canais logo voltaram a falar de vandalismo. Boa parte da população também exerceu sua vontade de punir e destruir o outro, processo comum neste país, fomentado pelo racismo e por uma elite que não abre mão de seu poder de sentenciar qual morte deve ou não ser levada em consideração. Claro que uma parte desta população está jogada no meio de um processo capitalista violento de exploração e imposição de modos de vida, sofrendo também vários tipos de violências cotidianas, o que ajuda na formação dos desejos sujeitados e propicia a disseminação de um ódio destrutivo em relação a qualquer alteridade, mesmo aquela que está ao lado. E o governo de São Paulo, que é a possibilidade constante de efetivação de novos Carandirus, é peça integrante desta máquina de poder. Está máquina articula da polícia militar à indignação seletiva

de uma classe média e classe alta cada vez mais reacionária, passando pelo fundamental trabalho de modulação das subjetividades feito pela mídia. Esta máquina de morte se espalha e se alimenta pelo Estado.

Mas a população foi para as ruas, se ‘fantasiou’ de Black Bloc e enfrentou o capital, parou a cidade. Enfrentou a mídia, não aceitando as imposições da criminalização que dizia que vida de pobre não vale nada, já que violência é o trânsito parado, ou o prédio ‘vandalizado’. Travou a máquina, ainda que rapidamente. Em Minas Gerais, na mesma noite, houve confronto numa desocupação de 100 famílias na região metropolitana de Belo Horizonte. No Rio de Janeiro, a PM também havia matado um jovem no Complexo da Maré e a população protestou nas ruas. Podemos ainda citar recentemente, ‘Rio Pardo, em Rondônia, centenas de camponeses, pequenos madeireiros e comerciantes se rebelaram contra repressão, incendiaram posto policial e viaturas, expulsaram a Força Nacional do povoado. Camponeses foram agredidos e presos e um agente da Força Nacional morreu durante o confronto. No Norte de Minas Gerais, camponeses organizados pela Liga dos Camponeses bloquearam rodovias exigindo terra, água, se posicionando contra ameaças de despejo, entre outras demandas. A Sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma-Agrária (Incra) foi ocupada em Recife. Revoltas populares em Tapauá-AM e em Oriximiná, no Pará incendiaram casa de prefeito, a prefeitura, prédios e carros oficiais.

Enfim, os desejos fazem emergir, proliferar e potencializar os diversos gritos e revoltas. Isso é sempre diverso, expande, clama, reclama como uma legião sem sujeito definido. Força sem identidade, a própria ação do desejo insurgente (de)formando grupos que são atravessados por diversas lutas minoritárias, como ocupações comandadas por mulheres, luta pela permanência dos quilombolas e suas outras formas de sociabilidade e produção, e outros tantos exemplos que demonstram os outros mundos que estão em jogo nestas revoltas. Tudo isso certamente não teria o mesmo impacto social se não estivéssemos inventando formas de apoio, aberturas e visibilidades para estes gritos, se não houvesse o fortalecimento de uma cooperação entre as diversas lutas alimentadas por uma urbanidade, como já dissemos, horizontal e interligada, um circuito que possibilita a criação da articulação e a resistência em rede, ou seja, cidades contra o Estado?

Cabe lembrar que isso não é suficiente, não garante vida nenhuma, mas abre uma possibilidade para um melhor desdobramento destas revoltas e destas resistências, o que é fundamental e que antes não havia.

Mas voltando a proliferação e a Turbulência, lembramos que elas agem na formação de um bloco real de saída. O que sai passa por um processo de mobi-

lização das diferenças, e o que possibilita a continuidade da fuga é a indecidibilidade diferenciante. O momento em que um jovem não é mais apenas um morador da favela revoltado nem é mais um aluno desinteressado, ele passa a fazer parte de uma espécie de matilha que inventa seu lugar de atuação política na cidade, um lugar que antes não havia, o lugar foi alterado não menos que o jovem. Ele se vale de uma tática, a transforma e assim vai gerando outras formas de aglutinações múltiplas. O devir-educação dos Black Blocs e professores é uma educação real e revolucionária, que efetivamente aconteceu e deu margem para a criação do Black Prof, e tudo já é outro, o devir não precisa se institucionalizar para demonstrar sua realidade. É a proliferação aleatória da favela como forma de luta, resistência, esta é a verdadeira potência da favelização, potência de uma multiplicidade rebelde, de um agenciamento que excede o presente, é desde sempre uma virtualidade de outros possíveis. A luta é para a efetivação destes possíveis desviantes.

Estamos fazendo este percurso árduo, mas fundamental, entre uma recusa total ao estado de coisas atuais e a criação coletiva de possíveis impensados, e isso não nos deixa alternativa senão nos lançarmos nesta experimentação temporal onde a única perda será da imposição do presente. Experimentação onde a produção do eterno acena mais uma vez.

O que virá não deixará de ter em alguma medida a participação criativa da multidão, trata-se então, de fazer com que esta participação seja a mais potente e imanente possível, produto da e para a multidão. Proliferação pela turbulência das lutas no lugar das casualidades dos aparelhos representativos, devir revolucionário no lugar da revolução como finalidade inalterada, disseminação da revolta efetiva e legítima. Viva a revolta popular das favelas e todas as minorias em luta!!!!

Afirmando isto podemos voltar e reencontrar em toda sua potência a hipótese que tínhamos lançado no início do texto: o excesso de produção se transforma em práxis ontológica, pois produzir uma nova temporalidade é produzir diferença, é criar um tempo outro fora dos eixos e das possibilidades dadas, produzir além do controle dos fluxos é, enfim, produzir ser.

Referências

COCCO, Giuseppe. *Trabalho e cidadania: produção de direitos na crise do capitalismo global*. 3. ed. (ampliada). São Paulo: Editora Cortez, 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, v. 5, 1997.

_____. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34, v. 3, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica* – Curso dado no College de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Textos da internet

CAVA, Bruno. O sistema de transporte é mais violento que a polícia. Quadrado dos loucos. 11 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.quadradosloucos.com.br/3796/o-sistema-de-transporte-e-mais-violento-do-que-a-policia/>> Acesso em: 10 dez. 2013.

GOMES, Ricardo. Para além da queda I. Pegar o sol com a mão. 24 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://pegarosolcomamao.wordpress.com/2013/08/25/para-alem-da-queda-i/>>. Acesso: 13 jan.2014.

MODENESI, Rodrigo. Ocupações são usinas produtivas. UniNomade, 8 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/ocupacoes-sao-usinas-produtivas/>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

REDAÇÃO. Casa de prefeito e prefeitura incendiadas. A nova democracia, ano XII, n. 121, 2ª quinzena de novembro de 2013. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-121/5058-casa-de-prefeito-e-prefeitura-incendiadas>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

REDAÇÃO. Professores mantêm greve, convocam novo ato e declaram apoio aos Black Blocs. Brasil de Fato, 10 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/26240>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

■..... Ricardo Gomes edita o *blog* “Pegar o sol com a mão” (<http://pegarosolcomamao.wordpress.com>), milita no coletivo Das Lutas e na Assembleia Largo, uma assembleia popular e horizontal que se reúne todas as terças no Largo do São Francisco, Rio de Janeiro. Colabora com a Universidade Nômade. Participou do OcupaRio e participa ativamente das manifestações de rua que se iniciaram em junho de 2013.